

Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

nesta edição:

**RIO GRANDE DO SUL, 1890-1930: A
IDÉIA DA INDÚSTRIA**

Sandra Jatahy Pesavento

**DESENVOLVIMENTO DO CAPITALIS-
MO E A REFORMA AGRÁRIA NO
BRASIL**

Silvio A. F. Cário

**A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL
EM SANTA CATARINA**

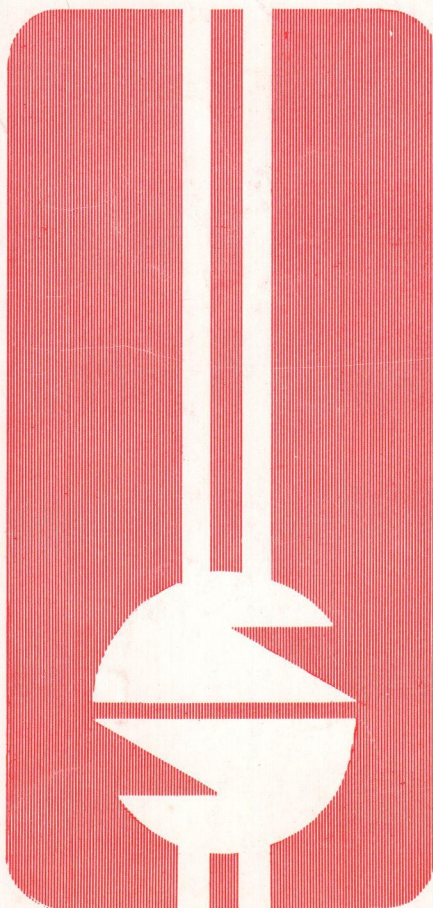
Otto G. Konzen

ECONOMIA, ECOLOGIA E POLUIÇÃO

Aloísio Ely

**TEORIA GERAL: AS CONCEPÇÕES
DE KEINES E OS MODELOS INTER-
PRETATIVOS**

Fernando Ferrari Filho



REITOR: Prof. Francisco Ferraz

DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:

Prof. Edgar Irio Simm

VICE-DIRETOR: Prof. Walter Meucci Nique

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:

Prof. Ernani Hickmann

CONSELHO EDITORIAL: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca (Presidente)

Prof. Achyles Barcelos da Costa

Prof. Carlos Augusto Crusius

Prof. Claudio Francisco Accurso

Prof. Edgar Augusto Lanzer

Prof. Ernani Hickmann

Prof. Juvir Mattuella

Prof. João Rogério Sanson

Prof. Maria Imilda da Costa e Silva

Prof. Nali de Jesus de Souza

Prof. Nuno Renan L. de Figueiredo Pinto

Prof. Otilia Beatriz Kroeff Carrion

Prof. Paulo Alexandre Sphor

Prof. Roberto Camps Moraes

Prof. Yeda Rorato Crusius

FUNDADOR: Prof. Antonio Carlos Santos Rosa

ANÁLISE ECONÔMICA publica dois números anuais nos meses de março e novembro. O preço da assinatura para 1986 é Cz\$ 36,00, a ser pago através de cheque nominal para "Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS". Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda a correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidas a:

Prof. PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Revista Análise Econômica

Avenida João Pessoa, 52 – 3º andar

90.000 – Porto Alegre (RS) – Brasil

TEORIA GERAL: AS CONCEPÇÕES DE KEYNES E OS MODELOS INTERPRETATIVOS

FERNANDO FERRARI FILHO*

Desde a publicação da TEORIA GERAL DO EMPREGO, DO JURO E DA MOEDA de John Maynard Keynes, em 1936, a teoria econômica tem sido "promissora" na derivação de diferentes versões. As diversificações e controvérsias acerca das idéias de Keynes explicitadas na Teoria Geral têm como ponto de partida as interpretações provenientes das duas bases teóricas distintas encontradas no referido livro, quais sejam: o Princípio da Demanda Efetiva e a teoria do valor marginalista.

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo específico apresentar algumas das principais versões interpretativas da Teoria Geral, a maioria delas bastante distantes do ponto de vista original de Keynes, tendo como "pano de fundo" os pressupostos teóricos mais importantes, segundo nossa visão, da obra de Keynes.

Para tanto, o trabalho se divide em três partes: na primeira parte, procuraremos resumir as principais contribuições teóricas da Teoria Geral; na segunda parte, apresentaremos as concepções básicas das diversas interpretações da Teoria Geral (Teoria Geral como modelo de equilíbrio walrasiano, Teoria Geral como modelo de desequilíbrio e Teoria Geral como modelo expectacional); por fim, na terceira parte, faremos alguns comentários sobre as (in) compatibilizações entre a Teoria Geral e suas interpretações.

*Em doutoramento no IPE/USP.

1 – A TEORIA GERAL

A Teoria Geral formalizou diversas concepções teóricas para o estudo em Economia: o princípio da demanda efetiva como determinante do nível de emprego; a importância das expectativas para a realização dos investimentos; a predominância das análises de curto prazo; a relação entre a taxa de juros e o dinheiro, a importância da moeda no sistema econômico; e assim por diante.

Examinar, pois, algumas das inovações apresentadas por Keynes é o que faremos a seguir.

1.1 – A rejeição da ortodoxia clássica

Keynes inicia seu trabalho rejeitando a hipótese central da consistência da Teoria Clássica, isto é, situação de pleno emprego permanente (1); pois, segundo ele, o equilíbrio da economia poderia ocorrer a qualquer nível de produto, independentemente da situação de pleno emprego.

Para refutar a idéia de pleno emprego permanente, Keynes centra sua análise nos postulados dos clássicos sobre o mercado de trabalho (2). Por quê? Porque, segundo Keynes, os dois postulados dos clássicos sobre o mercado de trabalho admitiam somente duas categorias de desemprego, friccional e voluntário (3) descartando, por completo, a possibilidade da existência do desemprego involuntário que consiste na situação em que devido a uma "ligeira elevação dos preços dos bens de consumo de assalariados relativamente aos salários nominais, tanto a oferta agregada de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente quanto a procura agregada da mesma, ao dito salário, são maiores que o volume de emprego existente" (Keynes, p. 32). Em outras palavras, o desemprego involuntário representa a situação onde a utilidade do salário é maior do que a desutilidade marginal do trabalho.

1 – O equilíbrio permanente da economia para a Teoria Clássica ficava assegurado pela "Lei dos mercados" ou "Lei de Say" de J. B. Say.

2 – Os postulados dos clássicos sobre o mercado de trabalho são: 1º) O salário é igual ao produto marginal do trabalho; 2º) a utilidade do salário é igual à desutilidade marginal do trabalho.

3 – O desemprego friccional consiste na situação na qual imperfeições diversas impedem o estado de pleno emprego, ao passo que o desemprego voluntário ocorre quando há a recusa por parte da mão-de-obra em aceitar uma remuneração equivalente à sua produtividade marginal.

Neste sentido, segundo Keynes, não havendo equilíbrio entre demanda e oferta por trabalhos, ou seja, igualdade entre os dois postulados, o nível de emprego não poderia ser determinado. Logo, diante da inconsistência clássica, Keynes formula o Princípio da Demanda Efetiva como determinante fundamental dos níveis de emprego e produto da economia.

1.2 – O princípio da demanda efetiva

A preocupação central de Keynes consiste em analisar o impacto da demanda efetiva sobre a dinâmica do sistema econômico, pois o ponto de partida de sua teoria é o Princípio da Demanda Efetiva.

Segundo Keynes, o nível de renda era determinado pelo volume de emprego como um todo e este, por sua vez, deveria ser fixado pelo dispêndio total. Em outras palavras, a demanda agregada comanda as decisões de produção e emprego.

A análise de Keynes parte da construção de duas funções em termos de emprego total: a função de oferta agregada $Z = \phi(N)$, e a função de demanda agregada $D = f(N)$. Dadas as funções agregadas, o volume de emprego, segundo Keynes, era determinado pelo ponto de intersecção entre D e Z de maneira que a demanda efetiva fosse o valor de D no ponto em que ocorresse a igualdade entre as funções demanda e oferta agregadas.

Como Keynes determina o valor de D ? Para Keynes, o valor de D era determinado pelas proposições básicas sobre o Princípio da Demanda Efetiva, quais sejam (Keynes, p. 40 e 41):

a) Dadas as técnicas, os recursos e os custos, a renda depende do volume de emprego N ;

b) A relação entre os gastos de consumo (D_1) e a renda da comunidade depende da característica psicológica da comunidade que consiste na propensão marginal a consumir;

c) A quantidade de mão-de-obra N depende das quantidades de consumo (D_1) e de investimento (D_2), tal que a demanda efetiva, D , seja igual a $D_1 + D_2$;

d) $D_1 + D_2 = D = \phi(N)$, isto é, se D_1 é uma função de N e a propensão a consumir é dada por $x(N)$, então $D_2 = \phi(N) - x(N)$;

e) O nível de emprego de equilíbrio depende da função de oferta agregada, ϕ , da propensão a consumir, x , e do investimento, D_2 ;

f) Quando o emprego cresce, D_1 aumenta, porém não tanto

quanto D, visto que quando a renda cresce o consumo também cresce, embora proporcionalmente menos.”

Como podemos perceber, ao contrário da Teoria Clássica, que postula o automatismo do pleno emprego, a teoria de Keynes sobre o nível de emprego pode ser formulada da seguinte maneira: se o emprego aumenta, aumenta a renda agregada; se a psicologia da comunidade é dada, então quando a renda agregada aumenta, o consumo aumenta, porém não tanto quanto a renda; logo, como consequência dos aumentos do emprego, da renda e do consumo, deve ocorrer um investimento suficiente para absorver o excesso de produção total sobre o que a comunidade deseja consumir.

Portanto, “... não é a desutilidade marginal do trabalho, expressa em termos de salários reais, que determina o volume de emprego, mas sim a propensão a consumir (4) e o nível de investimento (5) que determinam o nível de emprego e este, por sua vez, determina o nível dos salários reais” (Keynes, p. 41 e 42).

Ao mostrar que a propensão a consumir e o investimento são os determinantes principais do volume de emprego e da demanda efetiva, Keynes estabelece uma relação entre renda e nível de investimento: multiplicador do investimento. Analiticamente, temos:

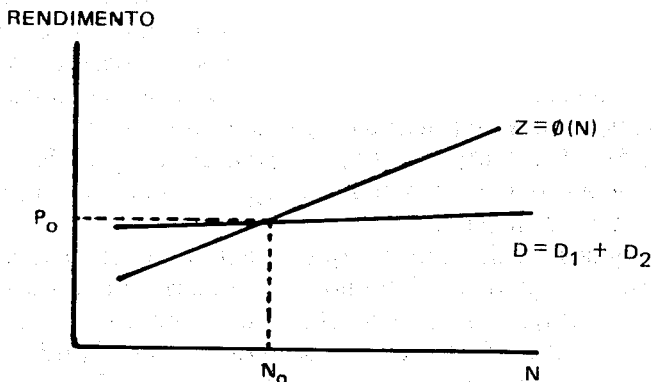
$(1)\Delta Y_w = k \cdot \Delta I_w$, onde $1 - 1/k$ é a propensão a consumir e k é o multiplicador do investimento.

A relação acima nos diz que quando ocorre um acréscimo no investimento, a renda aumenta de um montante equivalente a k vezes o acréscimo do investimento, e vice-versa.

Então, dados o dispêndio em consumo (D_1) e o montante do investimento (D_2), que representam a demanda efetiva, e mantendo o primeiro postulado dos clássicos, postulado que assegura retornos decrescentes para o fator trabalho, podemos representar graficamente o esquema keynesiano da seguinte maneira:

4 – Keynes chama de propensão a consumir “... a relação funcional x entre Y_w (determinado nível de renda medido em unidades de salários) e C_w (o gasto que, para consumo, se toma do dito nível de rendimento), de modo que $C_w = x(Y_w)$, onde o montante que a comunidade gasta em consumo depende em parte da renda, em parte das circunstâncias objetivas e em parte das necessidades subjetivas...” (Keynes, p. 84)

5 – As decisões do investimento decorrem das expectativas, das previsões futuras dos rendimentos esperados dos bens de capital e da taxa de juros.



Pelo gráfico acima, o nível de emprego fica determinado pela demanda efetiva que, por sua vez, depende da propensão a consumir e do investimento. Logo, variações na propensão a consumir e no investimento alteram o nível de emprego, isto é, se a propensão a consumir e o investimento crescerem, o nível de emprego aumenta, e vice-versa.

1.3 – Uma teoria de economia monetária

Outro aspecto relevante que merece atenção na Teoria Geral é o mecanismo da política monetária como parte essencial do sistema econômico. Por quê? Porque, ao contrário dos clássicos, que supunham a taxa de juros determinada pelas decisões de poupança e investimento, Keynes supunha a taxa de juros fixada a partir das decisões que envolviam moeda e outros ativos, sendo o juro o pagamento pelo uso do dinheiro.

Qual deveria ser, portanto, a relação funcional da taxa de juros? Para Keynes, a taxa de juros era uma função da preferência pela liquidez (6) e da quantidade de moeda.

6 – A preferência pela liquidez diz respeito ao desejo das pessoas de conservar alguns de seus bens em forma de dinheiro, e está associada às decisões a serem tomadas pelos indivíduos com referência às suas preferências psicológicas temporais.

Keynes identificava três razões pelas quais a comunidade mantinha riqueza em forma de dinheiro: motivos transação (dinheiro como meio de troca), precaução (dinheiro como necessidade de se fazer frente a situações imprevistas) e especulação (dinheiro como reserva de valor). Neste sentido, a demanda por moeda keynesiana pode ser representada da seguinte maneira:

(2) $M = M_1 + M_2 = L_1(Y) + L_2(r)$, onde L_1 é a função de liquidez correspondente à renda Y e L_2 é a função de liquidez em relação à taxa de juros r .

A equação acima nos diz que a taxa de juros depende da intensidade da preferência à liquidez em relação à quantidade total de dinheiro disponível para satisfazer o desejo de liquidez, de maneira que quanto mais forte for a preferência pela liquidez, mais alta é a taxa de juros, e vice-versa, e quanto maior for a quantidade de moeda, menor é a taxa de juros, e vice-versa.

Percebemos, portanto, que, ao contrário das análises anteriores, onde a taxa de juros era a recompensa à poupança, isto é, recompensa ao adiamento do consumo, para Keynes a taxa de juros é vista como uma recompensa ao não entesouramento do dinheiro, ou seja, um prêmio à cessão de liquidez.

Dessa maneira fica identificada a importância da política monetária para a determinação real da economia, pois variações na taxa de juros ocasionarão variações nas decisões de investimento que, por sua vez, alterarão o setor real da economia (níveis de produto e de emprego).

2 – AS VERSÕES DA TEORIA GERAL

Conforme dissemos, as principais interpretações das idéias de Keynes na Teoria Geral surgem a partir do antagonismo das duas bases teóricas encontradas na obra de Keynes: o Princípio da Demanda Efetiva e a teoria do valor marginalista. Por um lado, os adeptos do Princípio da Demanda Efetiva, dando ênfase à questão das expectativas, analisando a Teoria Geral numa estrutura de desequilíbrio; por outro, os adeptos da teoria do valor marginalista, salário igual à produtividade marginal do trabalho, elaborando a teoria keynesiana através da análise de equilíbrio walrasiano.

Formalizar, portanto, as versões interpretativas da Teoria Geral é o que apresentaremos agora.

2.1 – Teoria geral como modelo de equilíbrio walrasiano

A interpretação da Teoria Geral através de um modelo de equilíbrio geral walrasiano ficou sendo conhecida como Síntese Neoclássica, amplamente divulgada nos livros textos de Macroeconomia pelos diagramas IS-LM.

O principal trabalho da Síntese Neoclássica, inclusive pela originalidade dos diagramas IS-LM, é o de J. Hicks, "Mr. Keynes and the Classics: a Suggested Interpretation".

No referido trabalho, os esquemas IS-LM identificam a questão da demanda efetiva e o multiplicador como partes centrais da Teoria Geral, porém o aspecto básico da argumentação de Hicks é a compatibilização da Teoria Geral com o modelo de equilíbrio geral walrasiano.

Vejamos, pois, como Hicks constrói seu modelo.

Partindo de algumas hipóteses básicas (7), Hicks formaliza o seguinte modelo:

Estrutura básica

X = bens de investimento;

Y = bens de consumo;

P_X e P_Y = preços dos referidos bens;

N_X e N_Y = emprego dos referidos bens;

I ($I_X + I_Y$) = renda total;

W = salários.

Oferta

$W (dN_X/dX) = P_X$ = custo marginal do setor investimento;

$W (dN_Y/dY) = P_Y$ = custo marginal do setor consumo;

$I = WX (dN_X/dX) + WY (dN_Y/dY)$.

Demanda

1) Modelo clássico.

$M = KI$, $K_1 > 0$

$I_X = c(i)$, $c_1 < 0$

$I_X = S(i, I)$, S_1 e $S_2 > 0$

7 – Principais hipóteses: a curto prazo, todas as quantidades são fixas; mão-de-obra é homogênea; salários e quantidade de moeda são dados.

Onde: M é a quantidade de moeda, K é o coeficiente da "Equação Quantitativa de Cambridge", I é a renda, i é a taxa de juros e I_X é o investimento.

2) Modelo keynesiano.

$$M = L(I, i), L_1 > 0 \text{ e } L_2 < 0$$

$$I_X = c(i), c_1 < 0$$

$$I_X = S(I), S_1 > 0$$

Onde: A quantidade de moeda demandada depende da renda (I) e da taxa de juros (i), o volume de investimento está associado à taxa de juros e o volume de investimento é igual à poupança que, por sua vez, depende do nível da renda.

Dadas as condições de oferta para os dois modelos, o nível de emprego fica então determinado pela demanda agregada que, por sua vez, afeta os salários reais.

Mas qual é a variável determinante da demanda agregada? Segundo Hicks, a preferência pela liquidez é a variável responsável pelos níveis da demanda:

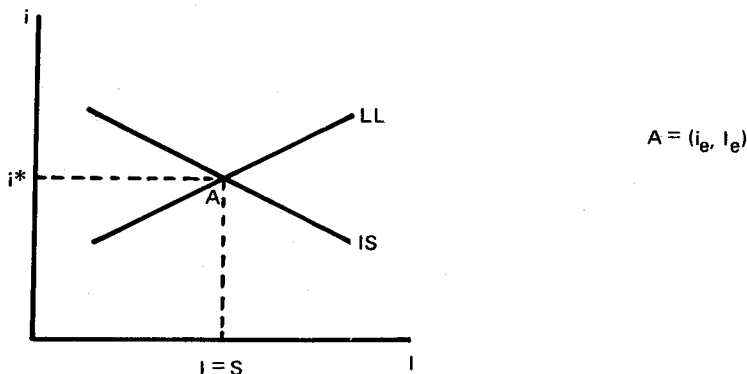
"... the liquidity preference doctrine which is vital ... this can be readily seen if we consider the equations $M = KI$, $I_X = c(i)$ and $I_X = S(I)$, which embody Mr. Keynes' second amendment without his first. The third equation is already the multiplier equation, but the multiplier is shorn of his wings. For since I still depends only on M , I_X now depends only on M and it is impossible to increase investment without increasing the willingness to save or the quantity of money ..." (Hicks, p. 152).

Como podemos perceber, Hicks inverte a lógica do pensamento de Keynes, pois o nível de investimento, ao contrário da Teoria Geral, que pelo Princípio da Demanda Efetiva determina renda e poupança, é determinado pela poupança.

Invertida a lógica da Teoria Geral, Hicks apresenta os diagramas IS-LM:

"... a given quantity of money, the first equation, $M = L(I, i)$, gives us a relation between income (I) and the rate of interest (i). This can be drawn out as a curve (LL) which will slope upwards, since an increase in income tends to raise the demand for money, and an increase in the rate of interest tends to lower it. Further, the second two equations taken together give us another relation between income and interest ... The curve IS can therefore be drawn showing the relation between income and the interest which must be maintained in order to make saving equal to investment" (Hicks, p. 153).

Então, temos que a renda e a taxa de juros são determinadas simultaneamente pela intersecção das curvas LL e IS, conforme o diagrama abaixo:



Pelo diagrama acima, qualquer mudança na propensão a investir ou na propensão a consumir modifica a curva IS, ao passo que qualquer mudança na preferência pela liquidez ou na política monetária afeta a curva LL, de maneira que temos um novo ponto de intersecção e uma nova combinação de taxa de juros e renda equilibrando os mercados real e monetário.

Portanto, como podemos perceber, a análise de Hicks distancia-se da Teoria Geral fundamentalmente em dois aspectos: primeiro, "modela" o Princípio da Demanda Efetiva através de uma análise de equilíbrio geral; segundo, inverte a causalidade de investimento e poupança.

2.2 – Teoria geral como modelo de desequilíbrio

A partir da década de 60 a Síntese Neoclássica tradicional passou a ser alvo de inúmeras críticas. Os modelos de equilíbrio geral, até então explicativos da exatidão do comportamento de preços e produto da economia mundial, deixaram de prever a estabilidade, seja de preços seja de emprego da economia, à medida que não souberam lidar com os choques de oferta.

Entre as críticas à interpretação da análise de equilíbrio geral, surgiram alguns trabalhos que resgatam o papel das expectativas e das incertezas contidas na Teoria Geral, tais como o de R.W. Clo-

wer, "The Keynesian Counterrevolution: a theoretical appraisal", que interpreta a Teoria Geral a partir de uma perspectiva de desequilíbrio.

Vejamos, então, como se desenvolve a análise desequilibrada, segundo o ponto de vista de Clower.

Para Clower, a Síntese Neoclássica apresenta uma inconsistência com o esquema keynesiano à medida que centra a análise no modelo walrasiano (demanda e oferta determinadas pelos preços relativos). Por que inconsistente? Porque, segundo Clower, se no esquema keynesiano há restrições de demanda (8), então o ajustamento deve se realizar primeiro nas quantidades e, posteriormente, nos preços.

Neste sentido, para Clower a formalização de um modelo para a economia deveria levar em consideração, além das equações de equilíbrio walrasiano, uma restrição de demanda efetiva. Analiticamente, temos:

Modelo walrasiano

$$\sum_{k=1}^n P_k(d_k - s_k) = 0, \text{ isto é, } \sum_{k=1}^n P_k s_k = \sum_{k=1}^n P_k d_k \text{ consiste}$$

na lei de equilíbrio walrasiano;

Modelo keynesiano

$$\sum_{i=1}^n P_i \bar{d}_i - \sum_{j=1}^n P_j \bar{s}_j - \bar{r} = 0, \text{ isto é, renda realizada igual a}$$

renda nacional.

Onde:

P = preço;

r = lucro;

k = restrição tecnológica envolvendo n bens;

d, s e r = magnitudes efetivas ou realizadas;

\bar{d} , \bar{s} e \bar{r} = magnitudes planejadas ou nocionais.

8 — Na terminologia de Clower existem distinções entre demandas e ofertas: por um lado, demandas e ofertas efetivas (realizadas) e, por outro lado, demandas e ofertas desejadas (nocionais).

Dessa forma, para Clower, ao contrário dos trabalhos da Síntese Neoclássica que apontam um vetor de preços determinante das demandas e ofertas de equilíbrio a partir do modelo walrasiano, a maximização do modelo keynesiano, com restrição de vendas por parte dos empresários e, conseqüentemente, com restrição de demanda por parte dos consumidores, é que determina demandas e ofertas efetivas e, portanto, diferentes das demandas e ofertas walrasianas.

Como podemos perceber, o ajustamento da economia (demanda efetiva) na concepção de Clower se realiza pelas demandas nocionais que, através do mecanismo de racionamento, consideram o vetor de preços da economia como não sendo walrasiano.

2.3 – Teoria geral como modelo expectacional

Após as primeiras críticas monetaristas à Teoria Keynesiana — a maioria delas originadas a partir da análise do mercado de trabalho com base na Curva de Phillips — e ao insucesso da Síntese Neoclássica para previsão dos resultados da economia ao longo das décadas de 60 e 70, surgiram alguns trabalhos, cujo ponto de partida se reporta ao artigo de Muth de 1961 (9), que passaram a priorizar a racionalidade dos agentes a partir da formação de expectativas eminentemente estocásticas, conforme o comportamento dos valores subjetivos. Estes trabalhos, cujos autores ficaram sendo conhecidos como “novos clássicos”, são considerados teoria das expectativas racionais.

O que propõe, sinteticamente, a teoria das expectativas racionais? A teoria das expectativas racionais supõe que os agentes econômicos, a partir das informações disponíveis que recebem, acreditam nas regras de política econômica determinadas pelo governo e passam a projetar as variáveis endógenas do sistema com base nas previsões do comportamento das variáveis exógenas.

O resultado ao qual chegam os expectacionistas racionais é que as políticas de demanda, fiscal e monetária, não têm efeito sobre as variáveis reais e, portanto, somente choques de demanda ou oferta tiram a economia da sua posição de equilíbrio.

9 — J. F. Muth, “Rational Expectations and the Theory of Price Movements” in *Econometrica*, jul. 1961.

Formalizando analiticamente, segundo o modelo de B. Mac-callum contido em "Rational Expectations and Macroeconomic Stabilization Policy", temos:

Demanda

$$IS: Y_t = a_0 + a_1 [i_t - E_{t-1}(P_{t+1} - P_t)] + V_{1t}; a_1 > 0$$

$$LM: M_t - P_t = C_0 + C_1 Y_t + C_2 i_t + V_{2t}; C_2 < 0 < C_1$$

Oferta

$$Y_t = \alpha_0 + \alpha_1 (P_t - E_{t-1}P_t) + \alpha_2 Y_{t-1} + u_t$$

Onde:

$a_0, a_1, C_0, C_1, C_2, \alpha_0, \alpha_1$ e α_2 são parâmetros;

i_t = juros no período t ;

P_{t+1} = preço no período t ;

P_t = preço no período t ;

Y_t = produto no período t ;

Y_{t-1} = produto no período $t-1$;

v_{1t}, v_{2t} e u_t são, respectivamente, choques de demanda, liquidez e oferta.

A solução do modelo consiste em, supondo as variáveis de choque nulas, encontrar, dadas as três equações, os valores das variáveis endógenas Y_t, i_t e P_t .

Portanto, como constatamos, a "contribuição original" da teoria dos "novos clássicos" foi substituir as políticas de demanda, monetária e fiscal, sem efeito sobre as variáveis reais da economia, pelos choques de demanda e/ou oferta como desestabilizadores da posição inicial de equilíbrio do sistema econômico.

3 – COMENTÁRIOS

Apesar de ser um trabalho difícil, principalmente pela ausência de equações, tabelas e gráficos, onde aparecem muitas formulações abstratas, a Teoria Geral de Keynes é um livro que revolucionou a teoria econômica, à medida que repudiou as proposições básicas da ortodoxia clássica sobre o funcionamento da economia capitalista.

Ao elaborar uma teoria que focaliza basicamente as forças que determinam o volume da demanda efetiva, Keynes contribuiu imensamente para o desenvolvimento da teoria econômica:

1) Elaborou uma teoria que concerne a todos os níveis de emprego, isto é, analisou situações de equilíbrio com desemprego,

2) apresentou uma teoria monetária no sentido de que a moeda é importante e o juro é o prêmio para que não ocorra o entesouramento do dinheiro;

3) relacionou a influência da moeda como determinante da oferta e demanda, integrada ao emprego, ao produto, aos preços e às taxas de juros;

4) desenvolveu uma teoria em que variações no investimento ocasionam variações no emprego, de maneira que as flutuações no volume do investimento dependam fundamentalmente de previsões quanto aos rendimentos futuros dos bens de capital;

5) relevou a análise das expectativas e incertezas, bem como o caráter dinâmico-temporal, para a compreensão da economia.

Todavia, a obra de Keynes sofreu uma enorme transformação do ponto de vista formal. Por quê? Porque, conforme procuramos mostrar, desde o trabalho original de Hicks, aspectos importantes contidos na Teoria Geral foram desvirtuados e às vezes ignorados pelas diversas interpretações da obra de Keynes: inversão da causalidade entre investimento e poupança; abandono do Princípio da Demanda Efetiva em favor da condição de rigidez salarial; rejeição da análise dinâmico-temporal pela análise de equilíbrio geral walrasiano; análise dos componentes da demanda agregada por exercícios de maximização; e assim por diante.

Porém, o principal aspecto, no nosso entender, consiste no fato de que todas as interpretações da Teoria Geral abandonaram por completo o Princípio da Demanda Efetiva. Neste sentido, por melhor que tenham sido formalizadas e operacionalizadas no plano econômico, as interpretações da Teoria Geral perdem em substância e importância; pois, além de se distanciarem das concepções de Keynes, são intratáveis perante a realidade.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — Clower, R.W. "The Keynesian Counterrevolution: a theoretical appraisal", in *Monetary Theory*, Clower, R.W. (ed.); Penguin Books, 1970.
- 2 — Hicks, J. "Mr. Keynes and the Classics: a suggested interpretation", in *Econometrica*, abril 1937.
- 3 — Keynes, J.M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, Atlas, 1982.

- 4 – Maccallum, B. "Rational Expectations and Macroeconomic Stabilization Policy", in *Journal of Money, Credit and Banking*, november 1980.
- 5 – Malinvaud, E. *The Theory of Unemployment Reconsidered*; Basil Blackwell, 1977.
- 6 – Scheffrin, S.M. *Rational Expectation*; Cambridge Univ. Press, 1983.